

RESUMO EXECUTIVO

10º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão

Os escaninhos do silêncio

Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC

Equipe: Manoela dos Santos Bonaldo, Eduarda Pereira e Carolina Maingué Pires

Professor orientador: Samuel Lima

Começamos a apuração no final de agosto, após pesquisa sobre o tema para as primeiras entrevistas. Chegamos à conclusão que nossa intenção inicial, poderia reproduzir discursos estereotipados sobre essas histórias. Portanto, partimos para uma outra abordagem, mais ampla: entender de que forma a exploração sexual de menores acontece em Florianópolis. Por intermédio de uma conhecida que foi prostituta na cidade, conseguimos acesso a alguns prostíbulos e tentamos contatar as mulheres que trabalhavam nesses lugares, para saber se elas conheciam meninas menores de idade em situação de exploração sexual. Nossa busca teve bastante dificuldade porque a maioria delas sabia apenas de relatos ouvidos por terceiros, mas não conseguia apontar fontes diretas. Também conversamos com a representante de uma ONG que atua na educação sexual de prostitutas e faz abordagens nas ruas. Ela relatou que já viu menores em situação de exploração, mas a instituição não fez nenhum trabalho específico com aquela pessoa, já que não se sentia apta para atuar naquele caso. Ao buscarmos fontes oficiais, também encontramos algumas questões nebulosas. Em entrevista com o promotor responsável pela Vara da Infância e da Juventude do Ministério Público de Santa Catarina, e por meio de informações enviadas pela Corregedoria do MP, constatamos 5 ocorrências de exploração sexual em 2017, apenas uma na capital. Este número é extremamente discrepante em relação à totalidade de denúncias fornecidas ao Disque 100, que contabilizou 176 denúncias no estado durante o mesmo ano. Antes, estávamos focadas em encontrar fontes que tivessem passado por situação de exploração sexual na infância e juventude, para entender a particularidade dessa prática na cidade. No entanto, ao notar nossa dificuldade para entender o caminho percorrido pelas denúncias e os dados oficiais, percebemos que a força da pauta residiria justamente em expormos ao público a debilidade do Estado no tratamento desses crimes. Em conversa com nosso orientador, o professor Samuel, e nosso mentor, Marcelo Soares, resolvemos conduzir a reportagem para este caminho. A fala de uma conselheira tutelar também foi de alta importância para compreendermos a dificuldade sistêmica em catalogar os casos. Situações envolvendo relações sexuais e trocas, por exemplo, normalmente são classificadas como abuso sexual embora possuam um aspecto comercial ou econômico. Ao relatar algumas histórias registradas como abuso, a profissional expôs que seria possível enxergar esses casos como exploração. Identificamos uma espécie de nebulosidade acerca da forma como as autoridades lidam com o tema. Além de profissionais concordarem que existe uma subnotificação devido ao receio das

vítimas em denunciar, a denúncia pode ainda ser reconhecida de diferentes maneiras e percorrer variados caminhos pelos órgãos responsáveis. Além do Disque 100, a exploração sexual pode ser denunciada pelas escolas, pelo SUS, diretamente para a polícia ou para o Conselho Tutelar. Esses diferentes caminhos são importantes para garantir que as vítimas sejam acolhidas, mas também dificulta a centralização das informações sobre os casos. A falta de dados unificados, por sua vez, pode levar a uma leitura simplista de que não há situações de exploração sexual no estado e, conseqüentemente, à falta de investimento em políticas públicas de atendimento e prevenção. Fizemos pedidos pela Lei de Acesso à Informação ao judiciário para ter acessos aos processos de exploração sexual quem tramitam no estado e entrevistamos a delegada que coordena as delegacias especializadas em infância de Santa Catarina. Por conta do sigilo dos processos, não conseguimos ter acesso aos inquéritos ou aos processos. A delegada, porém, nos orientou e passou algumas informações sobre o percurso das denúncias dentro da polícia. Também buscamos os dados do Conselho Tutelar, que são bastante difíceis de serem acessados. Hoje, o sistema de cada unidade é físico e não há nenhuma integração entre dados das diferentes regiões da cidade de Florianópolis, muito menos do estado todo.. Infelizmente, apenas dois dos quatro Conselhos da cidade nos retornaram com os dados de exploração sexual infantil nos últimos dois anos. Também não obtivemos resposta do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que deveria fiscalizar a atuação dos conselhos tutelares. Por fim, procuramos fontes que estudam o tema para interpretar toda a apuração. Chegamos à psicóloga Lorena Maria Silva, que foi bastante importante para a reportagem, pois trouxe uma análise cultural para o fenômeno da exploração. Usamos diversos trechos da entrevista na primeira versão do texto, mas nosso mentor, Marcelo Soares, sugeriu que o conteúdo ficaria melhor como uma entrevista ping pong. Tanto o Marcelo quanto o Samuel foram extremamente importantes para a construção da reportagem e nos orientaram sobre o direcionamento da pauta, além de terem feito comentários muito interessantes no texto.